

INSTRUMENTO DE PESQUISA DAS PERCEÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL ADAPTADA A ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOCIAL

Susana Leal

Escola Superior de Gestão e Tecnologia/Instituto Politécnico de Santarém & CIEQV

Cláudia Ribeiro

Mestranda em Gestão de Organizações de Economia Social da Escola Superior de Gestão e Tecnologia/Instituto Politécnico de Santarém

Fátima Jorge

Dep. Gestão/ ECS-UÉvora & NICPRI.UÉ

RESUMO

Objetivos. Este trabalho tem por objetivo desenvolver e validar um instrumento de pesquisa para medição das perceções de responsabilidade social (RS) dos colaboradores de organizações de economia social. São diversos os instrumentos de pesquisa disponíveis, porém, estes aplicam-se essencialmente a organizações que prosseguem objetivos lucrativos. Esta investigação procura ultrapassar a lacuna que se observou existir: inexistência de um instrumento de pesquisa para medição das perceções de RS no sector da economia social.

Metodologia. Tomando em consideração a estrutura fatorial de instrumentos de pesquisa anteriores (e.g., Rego, Leal e Cunha, 2011) e as características das organizações de economia social, propõe-se um novo instrumento de pesquisa. Obteve-se uma amostra de 373 colaboradores provenientes de 17 organizações de economia social do concelho de Santarém (94% do género feminino; idade média: 42,7 anos) para validar o instrumento desenvolvido. Os dados foram submetidos a análises fatoriais confirmatórias (LISREL, método da máxima verosimilhança).

Resultados. O instrumento de medida apresenta uma estrutura penta-fatorial. O desempenho social de uma organização de economia social pode ser avaliado na dimensão económica para com os clientes, dimensão legal, dimensão ética, dimensão discricionária para com os colaboradores e dimensão discricionária para com o ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade Social das Organizações; Economia Social; Instrumento de Pesquisa

ABSTRACT

Purpose. This work aims to develop and validate a scale for measuring the employees' perceptions of social responsibility (SR) in social economy organizations. There are many research tools available, but these mainly apply to organizations pursuing profit objectives. This research seeks to bridge the gap that has been observed: lack of a research tool for measuring perceptions of SR in the social economy sector.

Methodology. Taking into account the factor structure of instruments from previous research (e.g., Rego, Leal e Cunha, 2011) and the characteristics of social economy organizations, we propose a new research tool for measuring the employees' perceptions of social responsibility (SR). We obtained a sample of 373 employees from 17 social economy organizations of the municipality of Santarém (94% were female, mean age: 42.7 years) to validate the instrument developed. Data were subjected to confirmatory factor analysis (LISREL; method of maximum likelihood).

Results. The measuring instrument has a factorial structure of five dimensions. The social performance of an organization of social economy can be measured in the economic responsibilities toward customers, the legal responsibility, the ethical responsibility, the discretionary responsibilities toward employees and the discretionary responsibilities toward the natural environment.

KEYWORDS: Corporate Social Responsibility, Social Economics, Research Instrument

INTRODUÇÃO

A responsabilidade social das empresas (RSE) corresponde ao quanto as empresas satisfazem as suas responsabilidades económicas, legais, éticas e discricionárias (Carroll, 1979, 1998). São escassos os estudos que consideram os colaboradores como unidade de análise (Aguilera, Rupp, Williams & Ganapathi, 2007). É precisamente o nível individual que se considera neste trabalho.

Para investigar como os colaboradores percecionam e reagem às perceções de RSE, é necessário investigar como eles organizam e diferenciam, nas suas mentes, o modo como as empresas desenvolvem essa atividade (Leal, 2012; Leal & Rego, 2010). São diversas as escalas disponíveis na literatura que podem ser utilizadas para este fim (e.g., Maignan, Ferrell & Hult, 1999; Rego, Leal & Cunha, 2011), porém, mais adequadas a organizações que prosseguem objetivos lucrativos do que às que não têm tais fins. As organizações de economia social são precisamente alguns destes casos.

Segundo a Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013 de 8 de maio), integram a economia social, entre outras, as cooperativas, as associações mutualistas, as misericórdias, as fundações e as instituições particulares de solidariedade social (IPSS). As empresas e organizações de economia social “têm a característica de produzir bens, prestar serviços e desenvolver conhecimentos enquanto perseguem objetivos sociais e económicos e promovem a solidariedade” (Organização Internacional do Trabalho, 2010, p. 2).

Este trabalho visa, partindo de trabalho anteriormente desenvolvido por Rego et al. (2011), propor uma nova escala para medir as perceções de RSE, adequada para a realidade das entidades da economia social em geral e das IPSS e Misericórdias, em particular.

O artigo está organizado da seguinte forma. Começa-se por apresentar o conceito de RSE e algumas das suas dimensões. Segue-se uma breve apresentação dos métodos de medição das perceções de RSE e reflete-se sobre a necessidade de os adaptar à realidade das organizações da economia social (em particular das IPSS e Misericórdias). Apresenta-se a metodologia seguida com vista ao desenvolvimento do instrumento de pesquisa e os respetivos resultados. Conclui-se o trabalho com a conclusão, a identificação das limitações do estudo e sugestões de estudos futuros.

A RSE E SUAS DIMENSÕES

Na Europa, o conceito de RSE mais largamente conhecido é o que consta do Livro Verde publicado pela Comissão Europeia (2001). Há mais de uma década atrás, a Comissão Europeia (2001) propôs que a RSE era “essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo” (p.4). De acordo com esta perspectiva

“ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais - implica ir mais além através de um “maior” investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais.” Comissão Europeia (2001, p. 7).

Uma década depois, a Comissão Europeia lançou uma nova estratégia para a RSE e propôs um novo conceito. Segundo a nova definição da Comissão Europeia (2011), a RSE é

“«a responsabilidade das empresas pelo impacto que têm na sociedade». O respeito da legislação aplicável e dos acordos colectivos entre parceiros sociais, é uma condição prévia para honrar essa responsabilidade. Para cumprir plenamente a responsabilidade social que lhes incumbe, as empresas devem adoptar processos com o fito de integrar as preocupações de índole social, ambiental e ética, o respeito dos direitos humanos e as preocupações dos consumidores nas respectivas actividades e estratégias, em estreita colaboração com as partes interessadas” (p. 7).

A principal evolução conceptual advém da responsabilidade social deixar de ser um comportamento voluntário para passar a ser visto como o impacto que as empresas têm na sociedade.

Internacionalmente, o conceito de RSE “mais amplamente aceite e citado na literatura de gestão” (Matten e Moon, 2005, p. 337) é o de Carroll (1979, 1998). Segundo este autor, a RSE envolve quatro responsabilidades ou dimensões: (i) a *económica* – produzir bens e serviços e obter lucros, (ii) a *legal* – respeitar a lei, (iii) a *ética* – adotar comportamentos éticos, fazer o que é certo e justo e evitar causar danos, e (iv) a *discricionária* – beneficiar, de forma voluntária/filantrópica, a sociedade. Enquanto a dimensão económica e legal é considerada requerida a todas as empresas, a ética é esperada e a discricionária desejada pelos *stakeholders* (Carroll, 1991). De acordo com o autor, as empresas devem abraçar todas estas dimensões em simultâneo.

MÉTODOS DE MEDIDA DAS PERCEÇÕES DE RSE

São diversos os métodos de pesquisa das percepções de RSE. Os principais encontram-se identificados na Tabela 1. Uma das primeiras medidas encontradas na literatura (Leal e Rego, 2010) deve-se a Gavin e Maynard (1975). Este instrumento abordava apenas as preocupações com o ambiente e as oportunidades de trabalho.

Outro instrumento, largamente utilizado na década de 80 e 90 do século XX, foi o de Aupperle, Hatfield e Carroll (1983) e de Aupperle, Carroll e Hatfield (1985). Pese embora seja um modelo construído a partir do trabalho de Carroll (1979), apresenta duas grandes limitações (Turker, 2009): (i) não é adequado para medir o desempenho socialmente responsável das organizações pois foi desenvolvido para medir a importância relativa de cada dimensão da RSE e (ii) apresenta uma estrutura com opções de escolha forçada.

Por sua vez, os instrumentos de Hunt, Kiecker e Chonko (1990), de Gordon, Anderson e Bruning (1992) e de Cacioppe, Forster e Fox (2008) permitem avaliar a RSE no seu global, sem considerarem dimensões específicas. Outros instrumentos foram desenvolvidos para avaliar a RSE na perspetiva dos consumidores (e.g., Stone, Barnes & Montgomery, 1995) e não na da dos colaboradores como interessa neste estudo.

A escala de Maignan et al. (1999) considera as dimensões económica, legal, ética e filantrópica, porém não representa suficientemente o constructo de RSE (Rego et al., 2011). A abordagem de Jamali e Sidani (2008) permite classificar a visão dos gestores quanto à RSE em quatro *clusters* – moderna, filantrópica, económica e clássica – e é pouco adequada para medir as percepções dos colaboradores.

Por sua vez, a escala proposta por Rego et al. (2011) considera uma estrutura heptafatorial contemplando as seguintes dimensões: responsabilidades económicas para com os proprietários, responsabilidades económicas para com os clientes, responsabilidades legais, responsabilidades discricionárias para com os colaboradores, responsabilidades discricionárias para com a comunidade e responsabilidades discricionárias para com o ambiente.

Tabela 1: Instrumentos de pesquisa da RSE

Instrumentos de pesquisa	Dimensões consideradas
Gavin e Maynard (1975)	Preocupações com o ambiente; Oportunidades de trabalho
Aupperle et al. (1983, 1985)	Económica; Legal; Ética; Filantrópica
Hunt et al. (1990); Gorden et al. (1992); Cacioppe et al. (2008)	Avaliação global de RSE
Stone et al. (1995); Brown e Dacin (1997); Collins, Steg e Koning (2007)	Avaliar as atitudes e comportamentos dos consumidores relativamente às questões da RSE
Maignan et al. (1999)	Económica; Legal; Ética; Filantrópica
Jamali e Sidani (2008)	RSE moderna; RSE filantrópica; RSE económica; RSE clássica
Singhapakdi, Vitell, Rallapalli e Kraft (1996)	PRESOR – valores individuais relativamente à ética e RSE
Turker (2009)	Sociedade e ambiente; Colaboradores; Clientes; Governo
Rego et al. (2011)	Económica Proprietários; Económica Clientes; Legal; Ética; Discricionária Colaboradores; Discricionária Sociedade; Discricionária Ambiente

Fonte: Adaptado de Leal e Rego (2010).

NECESSIDADE DE ADAPTAR O INSTRUMENTO DE MEDIDA DAS PERCEÇÕES DE RSE À REALIDADE DA ECONOMIA SOCIAL

Tanto o instrumento de medida de Maignan et al. (1999) quanto o de Rego et al. (2011) contemplam itens que não se adequam à realidade das organizações de economia social, principalmente no que respeita às IPSS e Misericórdias. Uns consideram explicitamente objetivos lucrativos e atinentes à rendibilidade do negócio do acionista ou proprietário da empresa, que não se compaginam com a realidade das organizações de economia social (e.g., “Temos tido sucesso na maximização dos nossos lucros”, Maignan et al., 1999; “Uma das preocupações centrais da empresa é o lucro”, Rego et al., 2011). Outros contemplam atividades desenvolvidas pelas empresas em benefício de outras entidades da sociedade (e.g., atividades filantrópicas). Neste caso, as entidades da economia social – nomeadamente as IPSS e Misericórdias – tendem a beneficiar de tais atividades e não a desenvolve-las (e.g., “A nossa empresa efetua contribuições a associações de beneficência”, Maignan et al., 1999; “A empresa atua de modo responsável junto da comunidade em redor”; Rego et al., 2011).

Face ao exposto, sente-se a necessidade de adaptar o instrumento de pesquisa das perceções de RSE à realidade da economia social, mais concretamente à das IPSS e das Misericórdias.

METODOLOGIA

Desenvolvimento do instrumento de medida

O desenvolvimento do instrumento de medida das perceções de RSE para organizações da economia social/IPSS- Misericórdias considerou quatro etapas. Primeiro, começou-se por considerar os dois instrumentos de pesquisa que se consideraram mais completos na área: o de Maignan et al. (1999) e o de Rego et al. (2011), com especial destaque para este último por ultrapassar algumas das limitações referidas em Rego, Leal, Cunha, Faria e Pinho (2010).

Seguidamente excluíram-se os itens que não eram adequados para a realidade das IPSS e Misericórdias e adicionaram-se novos. Neste processo, não foram consideradas as responsabilidades económicas para com os proprietários ou acionistas, por considerarem atividades relacionadas com a rendibilidade e lucratividade do negócio, nem as responsabilidades discricionárias para com a sociedade, por considerarem práticas (e.g., filantropia, doações, voluntariado) que não são desenvolvidas pelas IPSS e Misericórdias, sendo antes estas tendencialmente beneficiárias de tais atividades.

Na terceira etapa elaborou-se um instrumento de pesquisa contemplando 29 itens organizados em cinco dimensões: responsabilidades económicas para com os clientes, responsabilidades legais, responsabilidades éticas, responsabilidades discricionárias orientadas para os colaboradores e responsabilidades discricionárias orientadas para o ambiente. Os colaboradores foram convidados a assinalar se as afirmações se aplicavam à instituição através de uma escala de sete pontos (1: A afirmação não se aplica rigorosamente nada à instituição; 7: A afirmação aplica-se completamente à instituição).

O último passo consistiu em testar empiricamente o instrumento (ver seções seguintes).

Amostra

Para o teste empírico do instrumento recolheu-se uma amostra de 373 colaboradores provenientes de 17 organizações de economia social (IPSS e Misericórdias) do concelho de Santarém. Destes, 94% são do género feminino, a idade média cifra-se nos 42,7 anos (dp=10,1), 12% exercem funções de chefia e a antiguidade média atinge os 9,4 anos (dp=

7,7). Quanto à escolaridade, 56% possuem o 9.º ano, 23% o 12.º ano e 21% o ensino superior.

RESULTADOS

Os dados foram submetidos a uma análise fatorial confirmatória (LISREL; método da máxima verosimilhança) para testar a estrutura pentafatorial. Considerando que o ajustamento do modelo inicial (29 itens) não era satisfatório (e.g., RMSEA=0,082; GFI=0,70; GFI=0,81), enveredou-se, então, por um processo iterativo destinado a obter um melhor ajustamento. Analisaram-se os resíduos estandardizados e os índices de modificação para detetar a origem da má especificação do modelo. Após deliberação baseada em ambos os critérios, removeram-se onze itens. Obteve-se um modelo de 18 itens com índices de ajustamento satisfatórios (e.g., $\chi^2(125)=289,47$ ($p<0,001$); *Root Mean Square Error Approximation* (RMSEA)=0,059; *Standardized RMR*=0,036; *Comparative Fit Index* (CFI)=0,99; *Non-Normed Fit Index* (NNFI)=0,99; *Goodness of Fit Index* (GFI)=0,92; ver Tabela 2).

Tabela 2: Análise fatorial confirmatória da escala de perceções de RSE adaptada para a realidade das organizações de economia social (IPSS e Misericórdias)

	λ_{ij}	FC	VEM	α
Responsabilidades económicas (clientes)		0,86	0,67	0,86
A instituição melhora continuamente a qualidade dos seus serviços.	0,82			
Satisfazer as necessidades dos clientes é uma preocupação central da instituição.	0,81			
Os serviços da instituição são de elevada qualidade.	0,83			
Responsabilidades legais		0,93	0,77	0,93
A instituição respeita prontamente (i.e., imediatamente) os regulamentos legais.	0,85			
Na instituição as obrigações contratuais são sempre honradas.	0,84			
A instituição atua legalmente em todos os domínios.	0,91			
A instituição tenta respeitar todas as leis que regulam a contratação e os benefícios dos trabalhadores.	0,90			
Responsabilidades éticas		0,89	0,67	0,88
A instituição tem um código de conduta/ética bastante abrangente (ou seja abrange diversas áreas).	0,74			
Em geral, a instituição cumpre os padrões e as normas éticas e profissionais.	0,89			
Somos reconhecidos como uma instituição digna de confiança.	0,84			
A instituição preocupa-se em fazer o que é eticamente correto.	0,79			
Responsabilidades discricionárias para com os colaboradores		0,84	0,64	0,84
A instituição apoia os trabalhadores que desejem adquirir formação adicional.	0,79			
As políticas flexíveis da empresa permitem aos trabalhadores coordenar da melhor forma a vida profissional e pessoal.	0,79			
As políticas da instituição encorajam os colaboradores a desenvolver as suas competências e carreiras.	0,82			
Responsabilidades discricionárias para com o ambiente		0,93	0,77	0,93
A instituição tem um programa para reduzir a quantidade de energia utilizada e o desperdício de materiais.	0,82			
No que se refere ao respeito pelo ambiente, a nossa empresa esforça-se por cumprir mais do que a lei exige.	0,85			
A instituição procura reduzir as emissões poluentes e a produção de resíduos.	0,93			
A instituição é conhecida na comunidade por respeitar o ambiente.	0,91			

Notas. λ_{ij} – Peso fatorial completamente estandardizado; FC – fiabilidade compósita; VEM – variância extraída média; α – Alpha de Cronbach.

A fiabilidade das escalas, medida através do Alpha de Cronbach, é boa para todas as dimensões ($\alpha > 0,80$) e a fiabilidade compósita apresenta-se sempre largamente superior a 0,70. Todos os itens são estatisticamente significativos, apresentam pesos fatoriais elevados ($\lambda_{ij} > 0,70$) e fiabilidades individuais muito boas ($R^2 > 0,5$), estes indicadores

sugerindo que existe validade fatorial. A variância extraída média é largamente superior a 0,50 indicando que o instrumento de medida apresenta validade convergente.

Com vista a melhor analisar os resultados, calculou-se para cada dimensão as médias dos itens que as compõe e, seguidamente, apuraram-se as médias, os desvios-padrão e os coeficientes de correlação de Pearson de cada dimensão (Tabela 3).

Tabela 3: Médias, desvios-padrão e correlações

	Média	dp	Económica	Legal	Ética	Colaboradores
Económica	5,6	1,0				
Legal	5,8	1,1	0,754**			
Ética	5,8	1,1	0,773**	0,826**		
Colaboradores	5,2	1,3	0,657**	0,637**	0,711**	
Ambiente	4,6	1,4	0,508**	0,403**	0,472**	0,572**

Nota. ** $p < 0,001$; dp – desvio-padrão

Os valores médios das perceções de RSE nas organizações estudadas (IPSS e Misericórdias) são superiores nas dimensões legal e ética (atingindo o valor de 5,8 numa escala de 7 pontos), seguindo-se a dimensão económica (média de 5,6) e a dimensão colaboradores (média de 5,2). Com um desempenho e perceções mais modestas encontra-se a dimensão ambiental (média de 4,6).

As correlações entre todas as dimensões são positivas e significativas. A dimensão ambiental é a que apresenta correlações mais moderadas com todas as restantes dimensões de RSE.

CONCLUSÃO

Este estudo desenvolve e apresenta um instrumento de medida das perceções de RSE adaptado para organizações de economia social, em particular IPSS e Misericórdias. Considerando o trabalho previamente desenvolvido por Maignan et al. (1999) e Rego et al. (2011) propôs-se um instrumento de medida contemplando cinco dimensões – responsabilidades económicas (clientes), responsabilidades legais, responsabilidades éticas, responsabilidades discricionárias para com os colaboradores e responsabilidades discricionárias para com o ambiente.

Dadas as características específicas das organizações de economia social (em particular das IPSS e Misericórdias) é pertinente ajustar os instrumentos de medida anteriores a esta realidade.

São necessários mais estudos para confirmarem estes resultados. Estudos futuros podem obter dados noutras amostras para: (i) validar a estrutura pentafatorial aqui sugerida, (ii) testar o poder preditivo das perceções destas cinco dimensões para as atitudes e comportamentos dos colaboradores (e.g., empenhamento afetivo e satisfação com o trabalho).

Este estudo apresenta algumas limitações. O instrumento foi adaptado a uma realidade concreta de organizações de economia social: IPSS e Misericórdias. É possível que o instrumento necessite de ajustes para contemplar as características de outras realidades (e.g., cooperativas). Por outro lado, nenhuma variável dependente foi testada. Todavia, apesar das limitações, o estudo oferece um contributo com relevância: os investigadores que pretendam avaliar as perceções de RSE dos colaboradores de IPSS ou Misericórdias devem tratar o constructo com uma dimensionalidade diversa dos principais estudos até aqui disponíveis.

REFERÊNCIAS

- Aguilera, R. V., Rupp, D. E., Williams, C. A. & Ganapathi, J. (2007). Putting the S back in corporate social responsibility: A multilevel theory of social change in organizations. *Academy of Management Review*, 32(3), 836-863.
- Aupperle, K. E., Carroll, A. B. & Hatfield, J. D. (1985). An empirical examination of the relationship between corporate social responsibility and profitability. *Academy of Management Journal*, 28(2), 446-463.
- Aupperle, K. E., Hatfield, J. D. & Carroll, A. B. (1983). *Instrument Development and Application in Corporate Social Responsibility*. Paper presented at the Academy of Management Proceedings.
- Brown, T. J. & Dacin, P. A. (1997). The company and the product: Corporate associations and consumer product responses. *Journal of Marketing*, 61(1), 68-84.
- Cacioppe, R., Forster, N. & Fox, M. (2008). A survey of managers' perceptions of corporate ethics and social responsibility and actions that may affect companies' success. *Journal of Business Ethics*, 82, 681-700.

- Carroll, A. B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review*, 4(4), 497-505.
- Carroll, A. B. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, 34(4), 39-48.
- Carroll, A. B. (1998). The four faces of corporate citizenship. *Business & Society Review* (100/101), 1-7.
- Collins, C. M., Steg, L. & Koning, M. A. S. (2007). Customers' values, beliefs on sustainable corporate performance, and buying behavior. *Psychology and Marketing*, 24(6), 555-577.
- Comissão Europeia. (2001). *Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. COM(2001) 366 final. Bruxelas. Acedido em http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2001/com2001_0366pt01.pdf.
- Comissão Europeia. (2011). *Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014*. (Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, COM(2011) 681 final, Bruxelas). Acedido em [http://www.europarl.europa.eu/RegData/docs_autres_institutions/commission_europeenne/com/2011/0681/COM_COM\(2011\)0681_PT.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/docs_autres_institutions/commission_europeenne/com/2011/0681/COM_COM(2011)0681_PT.pdf).
- Gavin, J. F. & Maynard, W. S. (1975). Perceptions of corporate social responsibility. *Personnel Psychology*, 28(3), 377-387.
- Gorden, W. I., Anderson, C. M. & Bruning, S. D. (1992). Employee perceptions of corporate partnership: An affective-moral quid pro quo. *Employee Responsibilities & Rights Journal*, 5(1), 75-85.
- Hunt, S. D., Kiecker, P. L. & Chonko, L. B. (1990). Social responsibility and personal success: A Research Note. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 18(3), 239-244.
- Jamali, D. & Sidani, Y. (2008). Classical vs. modern managerial CSR perspectives: Insights from Lebanese context and cross-cultural Implications. *Business & Society Review* (00453609), 113(3), 329-346.
- Leal, S. (2012). *As Perceções de Responsabilidade Social das Empresas e o Capital Psicológico como Antecedentes do Empenhamento e do Desempenho*. Tese de Doutoramento em Gestão de Empresas, Universidade de Coimbra, Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/23332>
- Leal, S. & Rego, A. (2010). *Reformulando a dimensionalidade do constructo de responsabilidade social das empresas*. Paper presented at the XXXIV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro. http://www.anpad.org.br/trabalho_popup.php?cod_edicao_trabalho=11933
- Maignan, I., Ferrell, O. C. & Hult, G. T. M. (1999). Corporate citizenship: Cultural antecedents and business benefits. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 27(4), 455-469. doi: 10.1177/0092070399274005
- Matten, D. & Moon, J. (2005). A conceptual framework for understanding CSR. In A. Habisch, J. Jonker, M. Wegner & R. Schmidpeter (Eds.), *Corporate social responsibility across Europe* (pp. 335-356). Heidelberg: Springer.

Organização Internacional do Trabalho. (2010). *ILO Regional Conference "The Social Economy - Africa's Response to the Global Crisis" (2009 : Johannesburg, South Africa)*. Acedido em http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/2010/110B09_128_span.pdf.

Rego, A., Leal, S. & Cunha, M. P. (2011). Rethinking the employees' perceptions of corporate citizenship dimensionalization. *Journal of Business Ethics*, 104(2), 207-218.

Rego, A., Leal, S., Cunha, M. P., Faria, J. & Pinho, C. (2010). How the perceptions of five dimensions of corporate citizenship and their inter-inconsistencies predict affective commitment. *Journal of Business Ethics*, 94(1), 107-127.

Singhapakdi, A., Vitell, S. J., Rallapalli, K. C. & Kraft, K. L. (1996). The perceived role of ethics and social responsibility: A scale development. *Journal of Business Ethics*, 15, 1131-1140.

Stone, G., Barnes, J. H. & Montgomery, C. (1995). ECOSCALE: A Scale for the Measurement of Environmentally Responsible Consumers. *Psychology & Marketing*, 12(7), 595-612.

Turker, D. (2009). Measuring corporate social responsibility: A scale development study. *Journal of Business Ethics*, 85(4), 411-427.

Referência:

Leal, S., Ribeiro, C. & Jorge, F. (2014). Instrumento de pesquisa das perceções de Responsabilidade Social adaptado a organizações de Economia Social. In M. S. Baltazar, E. Vaz & F. Jorge (Coord.), *Europa Cidadã: pessoas, empresas e instituições* (pp.243-255).

Disponível em

<http://www.civ.uevora.pt/index.php?/event/content/download/788/4211/file/E-book%20%20-CIV%202013.pdf>. ISBN 978-989-8550-25-5.